



**XIX REUNIÃO
DE DIRETORES DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL OU EQUIPARADOS
DOS ESTADOS-MEMBROS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA**

ATA

Malabo, 23 de julho de 2024

A XIX Reunião de Diretores de Política de Defesa Nacional ou Equiparados dos Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (DPDN/CPLP), decorreu, em Malabo, Guiné Equatorial, no dia 23 de julho de 2024, e contou com a participação do Diretor Nacional de Política de Defesa (DNPD) de **Angola**, Tenente-General Paulo Francisco; o Chefe de Assuntos Estratégicos (CAE) do **Brasil**, Almirante de Esquadra Arthur Fernando Bettega Corrêa; do representante do Diretor Nacional de Defesa (DND) de **Cabo Verde**, Dr. Maurino Évora; o Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN) da **Guiné-Bissau**, Brigadeiro-General Mama Jaquité; o Diretor-Geral da Cooperação Militar da **Guiné Equatorial**, General de Divisão Alfonso Nguema Ondo; o Diretor Nacional Adjunto de Política de Defesa (DNPD) de **Moçambique**, Coronel Alizar Mustafá em representação do DNPD; o Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional de **Portugal**, Major-General Nuno Lemos Pires; e o Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional de **Timor-Leste**, Dr. Nuno Carvalho dos Santos.

Participaram, também, o Diretor do **Centro de Análise Estratégica** (CAE/CPLP), Coronel Armindo Sá Nogueira Miranda e a representante do **Núcleo Permanente do SPAD**, Dr.^a Mariana Graça, que secretariou a Reunião e elaborou a presente Ata.

Os trabalhos iniciaram com as palavras de boas-vindas do General Alfonso Nguema Ondo, seguido da foto de família, tendo os trabalhos sido conduzidos pelo Dr. Kenente Forres Nascimento, na condição de Presidente em exercício, o qual, na sua intervenção inicial, agradeceu a presença de todos, referindo a enorme satisfação e honra em presidir esta Reunião.

O Sr. Tenente-General Paulo Francisco, que se apresentou como novo Diretor Nacional de Política de Defesa (DNPD), começou por agradecer à Guiné Equatorial pelo acolhimento destas reuniões e pela hospitalidade, agradeceu também ao Diretor do CAE, ao Núcleo



Permanente do SPAD e agradeceu ainda a São Tomé e Príncipe, a quem passa a presidência do órgão, enaltecendo a todos os presentes o esforço envidado para a união da CPLP.

1. Aprovação da Agenda de Trabalhos

O Dr. Kenente apresentou a Agenda de trabalhos (**Anexo A**), que foi submetida à consideração do plenário.

A Guiné-Bissau propôs a inserção de um ponto de agenda no ponto "6. Diversos", para apresentar a nomeação do novo Diretor do CAE, o qual foi bem acolhido por todos.

Após proposta, foi aprovada por unanimidade.

2. Atividades e documentos do CAE/CPLP: Síntese informativa

Neste ponto, o Diretor do CAE apresentou o Relatório de Atividades e Contas relativo a 2023 (**Anexo B**).

Aproveitou a oportunidade para reforçar a importância de os Estados-Membros cumprirem atempadamente a regularização das quotas para o Fundo Especial do CAE, de modo a garantir o bom funcionamento desse Centro e a realização das suas atividades.

O plenário tomou boa nota, tendo o Dr. Kenente passado a palavra aos Estados-membros, por ordem alfabética, para que se pronunciassem, começando Angola por afirmar a importância do livro dos 25 anos da CPLP, por forma a poder ser difundido pelas escolas e universidades do país, elogiando o esforço deste Centro e elevado contributo do mesmo para a Componente de Defesa da CPLP, lembrando que, em 2025, celebram 50 anos da independência.



Brasil tomou a palavra informando que envidará esforços para contribuir para o pagamento da quota até outubro próximo, declarando, ainda, que o livro deve ser um projeto que não pode ser esquecido.

Cabo Verde agradeceu o acolhimento das reuniões pela Guiné Equatorial.

Guiné-Bissau tomou a palavra agradecendo à Guiné Equatorial pela organização das reuniões, informando que já houve autorização interna para efetuar pagamento das contribuições do CAE.

Guiné Equatorial declarou estar em linha com a colaboração no Livro dos 25 anos da CPLP, bem como iria esclarecer, internamente, o motivo da não colaboração relativo às quotas.

Moçambique informou que está disponível para envidar todos os esforços por forma a que o CAE continue a ser uma entidade de referência.

Portugal interveio, agradecendo o acolhimento das reuniões e a hospitalidade da Guiné Equatorial, afirmando que o CAE é a alma da Componente de Defesa da CPLP, por ser o elemento congregador e o garante das iniciativas desta comunidade, sendo a língua portuguesa um elo comum a muitos países a sul da linha do Equador. Informou, por último, que o Coordenador do Núcleo Nacional do CAE em Portugal será, em breve, substituído.

São Tomé e Príncipe confirmou o papel relevante do CAE, mantendo-se sempre disponível para colaborar.

Timor-Leste agradeceu à Guiné Equatorial pelo acolhimento das reuniões finais do presente ciclo de decisão, enaltecendo o facto de termos o português como língua comum para, juntos, promovermos a CPLP. Concluiu expressando concordância com Angola na questão da difusão do livro dos 25 anos da CPLP.

Neste momento, tomou a palavra o Diretor do CAE para relembrar o Ex-Diretor-Geral, Embaixador Paulo Lourenço, o qual faleceu recentemente.

Por proposta de Angola ao presidente do órgão, Dr. Kenente, realizou-se um minuto de silêncio.



3. Exposição e validação de documentos da Componente de Defesa:

- **Relatório Anual da Componente de Defesa (CODEF);**
- **Plano de Ação 1325 – 2.ª monitorização anual;**
- **Matriz da Nova Visão Estratégica da CPLP;**
- **Instrumentos de Gestão do CAE (Relatório de contas 2024; Proposta de plano de atividades 2025);**
- **Relatório final do X Fórum de Saúde Militar/CPLP e da proposta de revisão do Regimento Interno do FSM/CPLP.**

Neste ponto, todos os documentos referidos foram apresentados ao plenário pela Representante do NPSPAD, Dr.^a Mariana Graça, tendo sido, pelos Estados-Membros, validados e considerados em boas condições para serem submetidos à aprovação dos Senhores Ministros, em sede da respetiva XXIII Reunião (**Anexos C, D, E, F e G**).

4. Código de conduta para a prevenção contra todas as formas de violência sexual relacionada com os conflitos e respetiva Declaração de Ministros: validação

Para abordar este ponto, foi convidada a intervir a Dr.^a Mariana Graça, coordenadora do Grupo de Trabalho 1325 (GT1325), que apresentou a versão final do projeto de Código de Conduta, resultado do esforço e contributos de todos os Estados-Membros. Apresentou, igualmente, a (previamente circulada) proposta de Declaração para assinatura dos Senhores Ministros, de forma a formalizar a desejável aprovação do Código de Conduta (**Anexo H**).

A proposta foi validada e amplamente congratulada pelos Estados-Membros, que a perspetivam como um instrumento de sensibilização e capacitação que reflete o alinhamento dos padrões éticos da Componente de Defesa com as normas internacionais aplicáveis, inspirando uma conduta cada vez mais centrada nos direitos humanos.



5. Ponto de situação:

5.1. Célula CIMIC/CPLP;

Para abordar este tópico, tomou a palavra a Representante do NPSPAD, que recordou os passos já dados nesta matéria, nomeadamente, a assinatura do Memorando de Entendimento que estabelece a constituição de uma Célula CIMIC no quadro da Componente de Defesa da CPLP e as provisões-quadro para o seu funcionamento e emprego em ações de cooperação civil-militar em missões e operações de apoio à paz no âmbito da ONU, passando a palavra ao Brasil, porquanto é este Estado-Membro que detém, neste momento, o documento de operacionalização que está a ser trabalhado em conjunto com Portugal.

O Brasil referiu que a minuta do material técnico está pronta, mas o documento ainda se encontra em análise no âmbito político para validação e posterior difusão, a fim de ser trabalhado em conjunto pelos Estados-Membros. Assim, respondeu à questão levantada por Angola sobre o motivo pelo qual o *draft* do referido documento ainda não foi circulado pelos Estados-Membros.

Comprometeu-se o Brasil em fazer um ponto de situação na XX reunião DPDN/CPLP, em outubro. Caso apenas tenha o documento após essa data, comprometendo-se, na medida do possível, a apresentar na 38.^a reunião do SPAD.

5.2. Cooperação entre Inspeções da Defesa Nacional;

A Representante do NPSPAD deu nota das conclusões das primeiras reuniões de trabalho tendo em vista uma futura cooperação entre Inspeções da Defesa Nacional da CPLP, tendo dado a conhecer que já foi agendada a reunião presencial para os próximos dias 15 a 19 de setembro.

O presidente da reunião ressaltou e exortou à participação da Guiné-Equatorial e de Timor-Leste na referida reunião presencial, em Luanda.



Timor-Leste afirmou que irá participar, tendo já um ponto focal para o Grupo de Trabalho, o qual vai indicar ao SPAD.

5.3. Fórum de cooperação em Geointeligência

Sobre este Fórum, o Brasil deu conhecimento dos desenvolvimentos do respetivo Grupo de Trabalho, indicando que, nas três reuniões já efetuadas, a participação foi diminuta, pelo que refere a necessidade de haver, internamente, a sugestão de participação aos respetivos pontos focais de cada país. Neste ponto interveio Angola dizendo que deverá ser analisada a melhor forma de trabalhar este tema, tendo solicitado ao SPAD que auxiliasse o Brasil no levantamento dos pontos focais de cada país, bem como na proposta da forma de trabalhar este assunto.

5.4. Apresentação do Curso Avançado de Defesa

Para abordar este ponto, interveio o Brasil, expondo que se encontra já calendarizado aquele que será o primeiro Curso Avançado de Defesa da CPLP, bem como já foram recebidas inscrições dos diversos Estados-membros, ressalvando que, caso até ao dia 31 de julho ainda haja interessados, será possível enviar as respetivas candidaturas.

Os Estados-Membros reiteraram o agradecimento ao Brasil por esta oferta formativa, manifestando o interesse de participação.

O Plenário concluiu pela validação e submissão à aprovação dos Senhores Ministros, em sede da respetiva XXIII Reunião, deste CAD-CPLP.

5.5. VIII Conferência das Marinhas

Neste ponto, interveio Angola para confirmar o acolhimento da VIII Conferência das Marinhas e Guardas Costeiras da CPLP, aproveitando para dar nota de que seguiram já os Convites e



informando que o evento irá ter lugar em 25 e 26 de novembro, reiterando a participação de todos os Estados-Membros.

5.6. Calendarização das Atividades da Componente de Defesa da CPLP (2024 e 2025)

Para abordar este tópico, tomou a palavra a Dr.^a Mariana Graça, que apoiada numa Apresentação PowerPoint (**Anexo I**) deu nota da calendarização das Reuniões e demais Eventos da Componente de Defesa nos anos de 2024 e 2025:

- XX Reunião de DPDN, a decorrer em outubro de 2024, será acolhida por São Tomé e Príncipe, excecionalmente, em formato virtual, com auxílio do SPAD;
- 38.^a Reunião do SPAD, a decorrer previsivelmente em 27 e 28 de março de 2025, será acolhida por Portugal;
- XXI Encontro de Saúde Militar e XI Fórum de Saúde Militar, a decorrer de 24 a 27 de fevereiro de 2025, no Brasil;
- 3.^a Reunião de Diretores dos Serviços de Informações Militares (DSIM)

Neste momento, alertou para a especial necessidade de agendamento da 3.^a Reunião de DSIM, recordando que esta esteve já calendarizada 3 vezes e nunca ocorreu por insuficiência de quórum. Apelou à diligência e esforço dos Estados-Membros nesse sentido, especialmente por a área das informações militares ser uma área privilegiada de atuação, e que deverá merecer uma maior apropriação e compromisso por parte dos diversos Estados-Membros.

O Plenário acolheu bem a preocupação, manifestando Angola e Brasil a sua indisponibilidade no acolhimento da mesma, tendo ficado acordado que deveria haver uma proposta de acolhimento até à data da XX reunião DPDN/CPLP, em outubro.

- 26.^a Reunião de CEMGFA, deverá ocorrer em abril de 2025, e deverá haver uma proposta de acolhimento até à data da XX reunião DPDN/CPLP, em outubro;
- XXI Reunião de DPDN e XXIV Reunião de MDN, a terem lugar em maio de 2025, serão acolhidas por São Tomé e Príncipe;



- XXII Reunião de DPDN, a decorrer em outubro de 2025, será acolhida por Moçambique;
- 6.ª Edição do Colégio de Defesa, decorrerá em junho de 2025, em Angola;
- 7.ª Edição do Colégio de Defesa, decorrerá em 2026, em Cabo Verde;
- Os Exercícios FELINO 2025/2026 terão lugar na Guiné Equatorial (2025, Formato na Carta) e no Brasil (2026, Formato Forças no Terreno);
- Os Exercícios FELINO 2027/2028 terão lugar em Timor-Leste, em ambos os formatos (na Carta e no Terreno).

6. Diversos

Havendo propostas prévias a inserir neste tópico, foi dada a palavra, por ordem de submissão de temas na agenda, previamente à sua aprovação:

- Nomeação do novo Diretor do CAE – foi disponibilizada uma cópia do *Curriculum Vitae* do elemento nomeado pela Guiné-Bissau. Todos os Estados-membros concordaram com o nome proposto, sendo o mesmo validado por unanimidade para submissão à aprovação dos Ministros em sede de XXIII reunião MDN/CPLP.

Concluída a discussão dos pontos da agenda, o Dr. Kenente Forres Nascimento, Diretor de Política de Defesa Nacional de São Tomé e Príncipe deu por encerrados os trabalhos da XIX Reunião de Diretores de Política de Defesa Nacional ou Equiparados dos Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, da qual se lavrou a presente Ata.

Malabo, aos vinte e três dias do mês de julho de dois mil e vinte e quatro.



O Diretor Nacional de Política de Defesa
do Ministério da Defesa Nacional, Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria
da República de Angola

Tenente-General Paulo Francisco

O Chefe de Assuntos Estratégicos
do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa
da República Federativa do Brasil

Almirante de Esquadra Arthur Fernando Bettega Corrêa

P' O Diretor Nacional da Defesa
do Ministério da Defesa Nacional
da República de Cabo Verde

Dr. Maurino Évora



O Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional
do Ministério da Defesa Nacional
da República da Guiné-Bissau

Brigadeiro-General Mama Jaquité

O Diretor-Geral da Cooperação Militar
do Ministério da Defesa Nacional
da República da Guiné Equatorial

General de Divisão Alfonso Nguema Ondo

P'O Diretor Nacional da Política de Defesa
do Ministério da Defesa Nacional
da República de Moçambique

Coronel Alizar Mustafá



O Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional
do Ministério da Defesa Nacional
da República Portuguesa

Major-General Nuno Lemos Pires

O Diretor de Política de Defesa Nacional
do Ministério da Defesa e Administração Interna
da República Democrática de São Tomé e Príncipe

Dr. Kenente do Nascimento

O Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional
do Ministério da Defesa
da República Democrática de Timor-Leste

Dr. Nuno Carvalho dos Santos



ANEXOS

- A.** Agenda e Delegações da XIX Reunião de DPDN/CPLP;
- B.** Relatório Anual da Componente de Defesa (CODEF);
- C.** Plano de Ação 1325 – 2.^a monitorização anual;
- D.** Matriz da Nova Visão Estratégica da CPLP;
- E.** Instrumentos de Gestão do CAE (Relatório de contas 2024; Proposta de plano de atividades 2025);
- F.** Relatório final do X Fórum de Saúde Militar/CPLP
- G.** Proposta de revisão do Regimento Interno do FSM/CPLP
- H.** Código de conduta para a prevenção contra todas as formas de violência sexual relacionada com os conflitos e respetiva Declaração de Ministros
- I.** Calendarização das Atividades da Componente de Defesa da CPLP (2024 e 2025)